

O EXTRAORDINÁRIO LEGADO DE GRANDES MESTRES À USP E AO BRASIL

Paulo Hebmüller
Jornalista

Rodeada por livros, obras de arte, fotografias, peças de artesanato e principalmente lembranças ligadas aos seus trinta anos de convívio com Boris Schnaiderman, sua viúva, a também professora Jerusa Pires Ferreira, lamenta: “A perda dele para mim é a perda de um tesouro. Você não pode imaginar. Eu tinha um tesouro aqui comigo”, disse ela à reportagem da Revista Adusp em seu apartamento na capital paulista. De alguma forma, esse comentário sintetiza um sentimento que pode ser estendido a toda a Universidade de São Paulo em relação à perda de professores que marcaram gerações de estudantes e deixaram contribuições que extrapolam em muito os muros da própria universidade.

Além de Schnaiderman, os últimos anos registraram o falecimento de Antonio Candido, Celso Beisiegel, Ecléa Bosi, Emília Viotti da Costa, Ernst Wolfgang Hamburger, Joaquim Alves de Aguiar, Oswaldo Porchat, Paul Singer, Sérgio Henrique Ferreira e Warwick Estevam Kerr, figuras especialmente destacadas dentre um corpo docente que tem dado notável impulso às ciências e às artes brasileiras.

*Esta reportagem especial da Revista Adusp traça um breve perfil de cada um deles, como forma de homenagear esse legado tão importante para a sociedade brasileira. (Colaborou: **Pedro Estevam da Rocha Pomar**)*

BORIS SCHNAIDERMAN

Daniel García



Jerusa Pires Ferreira conheceu Boris Schnaiderman durante suas pesquisas para o doutorado em Antropologia Social na USP, no final da década de 1970. Seu interesse era se aprofundar na semiótica russa, e Schnaiderman foi indicado como referência na área. Nos primeiros encontros ambos já identificaram grandes afinidades intelectuais e pessoais, mas durante oito anos a convivência se manteve no âmbito acadêmico e na amizade. Só passaram a viver juntos em 1986, com Schnaiderman já viúvo de sua primeira esposa, Regina — com quem teve os filhos Miriam e Carlos. Ela estava com 48 anos e ele, com quase 70. “Tínhamos uma troca permanente, porque um complementava o outro”, relata a professora da pós-graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Schnaiderman nasceu na Ucrânia em 1917, e em 1925 sua família desembarcou no Brasil. Formou-se engenheiro agrônomo e exerceu a profissão por alguns anos antes de enveredar para o jornalismo, a tradução e o mundo

editorial. Foi um dos primeiros tradutores da literatura russa diretamente para o português — os textos que chegavam por aqui geralmente eram versões produzidas a partir das edições francesas. Extremamente rigoroso com o próprio trabalho, renegava aquelas primeiras produções das décadas de 1930 e 1940 por acreditar que continham “muitos defeitos”. “Ele dizia que a tradução é um trabalho sempre inconcluso, e considerava que traduzir Tolstói e Dostoiévski era ‘uma violência’”, conta Jerusa.

Até o final da vida, Schnaiderman revisou constantemente os textos que havia vertido para o português, aceitando sugestões da esposa, de colegas ou de alunos que vinham entrevistá-lo. A busca incessante por esse aprimoramento era contrabalanceada com uma frase do conto “A Sereníssima República”, de Machado de Assis, que costumava repetir: “a perfeição não é deste mundo”. Reflexões sobre o ofício estão presentes em livros como *Semiótica russa* (1979) e *Tradução, ato desmedido* (2011).

“Boris foi formado como crítico e tradutor na cultura jornalística brasileira dos anos 30 e 40 (nesse sentido, é diferente de outros imigrantes importantes como Carpeaux, Rónai etc.), e há vários temas e formas de ver a literatura russa na cultura brasileira desse período com as quais Boris continuará dialogando na sua fase ‘madura’”, diz Bruno Gomide, professor de literatura russa na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

Suas traduções já eram bem conhecidas e serviram como “atestado de competência” quando, na década de 1960, Schnaiderman foi escolhido para a criação da graduação em Língua e Literatura Russas na USP. “Tive de me tornar autodidata em Letras”, contou em entrevista à revista *Pesquisa Fapesp* em 2015. No final dos anos 60 iniciou seu doutorado na FFLCH, tendo como orientador ninguém menos que Antonio Candido. “Ele me aceitou, mas disse que não iria me orientar de fato. Àquela altura, ele dizia que eu conseguiria me defender sozinho e que apenas assinaria a tese. Deu-me toda a liberdade e confiança”, relatou na entrevista. A tese *A poética de Maiakóvski através de sua prosa* foi defendida em 1971 e depois publicada em livro.

O trabalho na FFLCH, consolidado com a criação da pós-graduação em Literatura e Cultura Russa, levou à formação de muitos professores e tradutores. “Ele conseguiu elevar o curso das Letras Russas a um alto patamar acadêmico e internacional”, diz a professora Elena Vássina, que veio da

“AMOR AO UNIVERSO CULTURAL RUSSO”

Conheci o professor Boris na minha primeira vinda para São Paulo, em junho de 1990. Já ouvia muito a respeito dele na União Soviética e sonhava em conhecê-lo pessoalmente. Fiquei muito feliz quando a professora Arlete Cavaliere conseguiu marcar meu encontro pessoal com o professor Boris e a sua esposa, professora Jerusa Pires Ferreira. Fui até o apartamento deles e logo fiquei cativada pela acolhida carinhosa do casal. Ele começou a falar comigo em russo absolutamente impecável, demonstrando um conhecimento fantástico tanto da literatura russa quanto do meio acadêmico soviético. Parecia que eu tinha encontrado no Brasil alguém que já conhecesse havia anos.

É graças aos esforços e dedicação do professor que foi aberto o curso de russo na USP. Sendo um pesquisador e tradutor brilhante, ele conseguiu elevar o curso das Letras russas a um alto patamar acadêmico e internacional. O professor Boris formou vários discípulos talentosos que continuaram a desenvolver o trabalho iniciado por dele. E o mais importante talvez seja o amor real ao universo cultural russo que ele conseguiu transmitir, ou melhor, com o qual conseguiu “contaminar” todos os que assistiram às suas aulas e palestras ou leram suas traduções.

O professor Boris tinha muitos amigos e colegas na Rússia. Fiquei muito feliz de poder acompanhá-lo junto com sua esposa durante sua última viagem a Moscou, em julho de 2009. Ele foi recebido com admiração e imenso respeito na Universidade Russa das Humanidades, na casa dos professores da Universidade Estatal de Moscou, no Museu Dostoiévski, no Museu Tolstói, no Museu Eisenstein. Por onde ele entrava, sentia-se amor e fascinação por este grande tradutor, intelectual, professor e, enfim, grande homem.

Ao redor do professor Boris sempre existia uma especial aura de bondade e de generosidade. Nunca ouvi dele nenhum julgamento crítico sobre outras colegas ou pessoas. Muito pelo contrário, sempre estava pronto para elogiar uma tradução ou um ensaio, dos mestres ou dos iniciantes, e para ajudar a todos que se debruçavam sobre a literatura russa. Ele trabalhava a cada dia e tinha ainda muito planos de traduzir, editar, escrever... viver.

Elena Vássina, professora da FFLCH-USP

Rússia para lecionar na FFLCH em 1999 (**vide depoimento ao lado**). “A pós-graduação de Literatura Russa da USP é a única na América Latina e uma das três únicas no mundo ibero-americano (as outras duas estão na Espanha). No cenário nacional, o programa é reconhecido como o principal centro de produção de trabalhos críticos e de traduções, e muito disso se deve ao prestígio do professor Boris, que foi sem dúvida um dos maiores intelectuais do Brasil”, completa Bruno Gomide.

Apesar de se considerar um pacifista e um humanista, Schnaiderman, já naturalizado, alistou-se na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e foi enviado para lutar contra o exército nazista na Itália entre 1944 e 1945, no final da Segunda Guerra Mundial. As experiências cruciais desse período estão narradas de forma impressionante nos livros *Guerra em surdina*, cuja primeira edição é de 1964, e *Caderno italiano* (2015).

O último texto que publicou foi exatamente sobre o tema: uma resenha de *1942: o Brasil e sua guerra quase desconhecida*, livro de João Barone, baterista da banda Paralamas do Sucesso. “Tive a sorte de conhecer o professor Boris, dono de uma cabeça leve e desprendida, mas cujo corpo já sentia o peso dos anos. Seus escritos me inspiraram a compor o meu livro sobre o Brasil na guerra, o mesmo que, em nosso último encontro, aproveitei para presentear-lo”, conta o baterista, cujo pai também integrou a FEB.

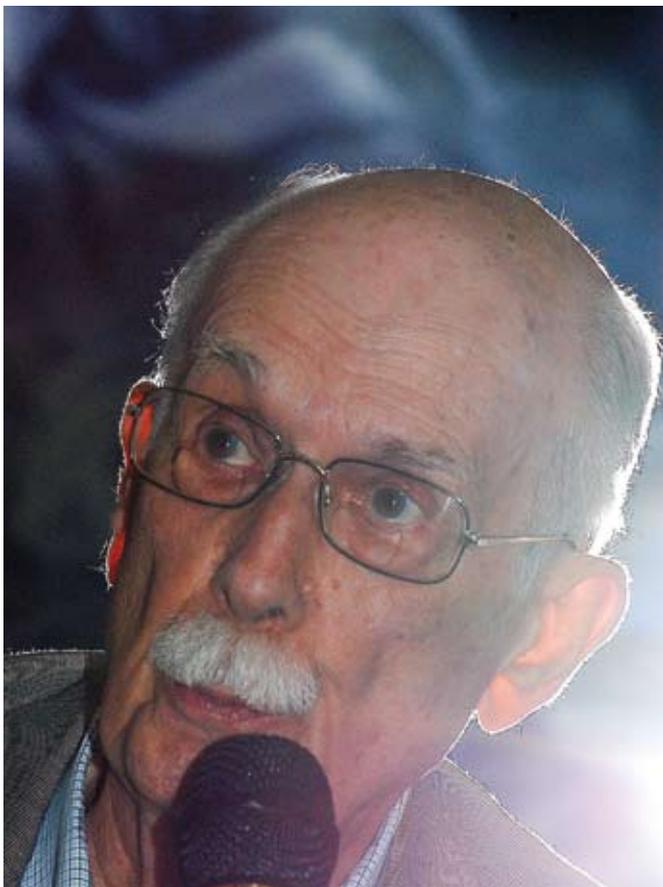
O artigo assinado por Schnaiderman, “As vitórias de Barone”, saiu no Caderno 2 do jornal *O Estado de S. Paulo* em 9 de maio de 2016, poucos dias antes de sua morte, ocorrida no dia 18, um dia depois de seu 99º aniversário. “Muito para minha surpresa, o professor Boris viu alguma virtude na minha tentativa de manter viva a memória do sacrifício dele e de outros tantos que perderam parte de suas vidas — muitos não voltaram — em campo de batalha, a ponto de resenhá-lo elogiosamente. Senti que minha missão foi cumprida, com muito orgulho”, relata Barone.

O homem que fez da tradução e da palavra suas grandes armas de uma vida inteira conhecia exatamente os limites da tradução e da palavra. Num dos textos de *Caderno italiano*, Schnaiderman reflete sobre uma foto, encontrada nos escombros de uma cidadezinha que o exército invasor havia abandonado às pressas, na qual algumas dezenas de soldados alemães posam alegremente para a

câmera. “Até hoje, a alegria no rosto daqueles jovens só me causa mal-estar. Era a alegria dos que estavam pisando territórios invadidos. Como verbalizar aquilo? Como encontrar uma tradução? Pois esta exige, certamente, um mínimo de linguagem comum. E não estaria aí o limite do traduzível, o limiar da palavra?”, pergunta. “Como não lembrar, por trás destes sorrisos, os fornos crematórios, a abjeção e a ignomínia daqueles anos? Realmente, a palavra humana tem o seu limite intransponível, sua barreira final.”

ANTONIO CANDIDO

Daniel Garcia



O orientador que recebeu Boris Schnaiderman como seu aluno de doutorado construiu uma das mais importantes carreiras na história da academia brasileira. Antonio Candido de Mello e Souza faleceu no dia 12 de maio de 2017, deixando, para além de uma obra cuja influência é sentida na formação de várias gerações de professores e se estende a toda a comunidade universitária do país, um grande legado como militante comprometido com as

causas sociais e como um homem que cultivou relações que construíram memórias carinhosas em praticamente todos aqueles com quem conviveu.

Exemplo disso foi dado num evento em sua homenagem realizado no Auditório Nicolau Sevcenko, da FFLCH, poucos dias após sua morte. Ex-alunos que depois também se tornaram professores relembrou passagens de encontros cotidianos, conversas informais e momentos de descontração que revelaram facetas de um Candido amigo afetuoso, ouvinte respeitoso e contador de histórias. “Para alguém como eu, materialista, Antonio Candido era contraditoriamente quase eterno”, testemunhou Maria Augusta Fonseca, docente do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH. Berta Waldman, docente do Departamento de Letras Orientais, lembrou que as aulas do professor mostravam uma pessoa extremamente erudita, com uma fala requintada, porém simples e direta, correspondendo ao desejo de ser entendido. “As aulas sempre claras eram uma forma de respeito ao aluno, pois o que dizia não era para ser um privilégio, mas um bem comum”, enfatizou.

Nascido no Rio de Janeiro, Candido mudou-se ainda na infância com a família para Minas Gerais. Em 1936 transferiu-se para São Paulo para prosseguir os estudos. Em 1939, ingressou na USP simultaneamente na Faculdade de Direito, que abandonaria, e no curso de Ciências Sociais da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Do convívio com colegas e jovens críticos que conheceu na época, como Lourival Gomes Machado, Paulo Emilio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Ruy Coelho e Gilda de Moraes Rocha, sua futura esposa, nasceu a revista *Clima*, cujo núcleo central Candido integrou.

Publicada entre 1941 e 1944, *Clima* foi marcante na crítica paulistana e abriu portas para que Candido se tornasse o crítico principal em jornais como *Folha da Manhã* (origem da *Folha de S. Paulo*) e *Diário de S. Paulo*, assinando os famosos “rodapés” — espaços nobres destinados a analisar os lançamentos literários. Um rodapé que contivesse deslizos ou inconsistências podia custar o emprego do seu autor. Outra colaboração fundamental de Candido na imprensa foi na concepção do projeto editorial do “Suplemento Literário” do jornal *O Estado de S. Paulo*, que começou a circular em 1956.

Sua carreira docente na USP iniciou-se em 1942 como professor-assistente nas aulas de Sociologia. Em 1944, tor-

INTELECTUAL, POLÍTICO E SINDICALISTA

Antonio Candido teve participação importante na vida política do país. Preocupado com a democracia, era um profundo conhecedor das condições de vida da população, decorrentes da enorme desigualdade que, infelizmente, ainda persiste. Seu compromisso em defesa da democracia e do socialismo perdurou por toda sua vida.

Na USP participou ativamente em momentos-chave. A repressão depois do golpe de 1964 resultou na cassação de importantes lideranças científicas nas diversas áreas, o que repercutiu fortemente na USP e nos afetou profundamente, mas não o silenciou. Em 1975, a morte por tortura do jornalista e professor da USP Vladimir Herzog causou profunda indignação na comunidade acadêmica. A redação de um manifesto que, apesar da hesitação de alguns, apresentava um número significativo de assinaturas de docentes contou com Antonio Candido como um dos autores.

Nessa ocasião discutiu-se sobre a importância da existência de uma entidade representativa dos docentes, capaz de defender a Universidade e seus professores diante da truculência da repressão e de colocar a USP também na luta pela redemocratização

do País. A assembleia de fundação da Associação dos Docentes da USP reuniu um número bastante significativo de professores, com repercussão nos vários *campi*, que enviaram representação. A presença de Antonio Candido na chapa e, depois, na diretoria da entidade era uma condição decisiva para acrescentar respeitabilidade não apenas junto à comunidade acadêmica, mas também para a sociedade que começava a se organizar na luta pela democracia. A fundação da Adusp repercutiu em todo o País e ele era sempre o convidado especial nas assembleias de fundação de associações docentes por todo o Brasil.

Antonio Candido assumiu intensamente e com muito entusiasmo suas atividades na direção da Adusp. Nas assembleias suas intervenções eram decisivas, capazes de resolver as situações mais críticas e, muitas vezes, bastante tensas. Assumiu com muita dignidade seu papel de sindicalista.

Em uma das assembleias da Adusp aprovou-se um manifesto contra a Reitoria, por seu comportamento em relação aos funcionários da universidade. O reitor recebeu uma comissão representativa da assembleia sob a liderança de Antonio Candido, que, sen-

tado ao lado do reitor, a seu convite, leu o manifesto cuja redação, embora elegante, era bastante dura contra o reitor. Terminada a leitura, Antonio Candido moveu sua cadeira em direção aos professores que compunham a comissão. O reitor pediu que ele permanecesse a seu lado; com sua inteireza e dignidade, ele respondeu: “Fico ao lado dos meus”. E sentou-se junto a seus colegas professores.

No final dos anos setenta, no debate sobre a criação de um partido de esquerda, democrático e de massas, que culminou na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), Antonio Candido foi uma presença constante, tendo feito parte da Direção Nacional. Também foi presidente do Conselho Curador da Fundação Wilson Pinheiro, que antecedeu a Fundação Perseu Abramo.

Foi membro do Júri Casa das Américas, em Cuba, que premia publicações de escritores latino-americanos, e participou também da fundação da Associação Cultural José Martí, entidade que tinha como um dos objetivos a luta pelo reatamento de relações entre o Brasil e Cuba.

Carlos Eduardo Malhado Baldijão,
professor do ICB-USP

nou-se livre-docente em Literatura Brasileira e em 1954 doutorou-se com a tese *Os parceiros do Rio Bonito*, trabalho que seria publicado como livro em 1964 e que se tornaria clássico na sociologia brasileira. Sua 11ª edição foi recentemente lançada pela Editora da USP (Edusp) em conjunto com a *Ouro Sobre Azul*. “Nesse clássico, dedicou-se ao estudo do modo de vida caipira, chegando até a propor a reforma agrária, tão cedo quanto 1954”, observa Walnice Nogueira Galvão, Professora Emérita da FFLCH.

Entre 1958 e 1960, Candido lecionou na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, hoje unidade da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Retornaria em 1961 à USP, onde criaria o curso de Teoria Literária e Literatura Comparada, atuando como professor até a aposentadoria, em 1978, e orientando trabalhos de pós-graduação até 1992. Na Unicamp, coordenou entre 1976 e 1978 o Instituto de Estudos da Linguagem, e no exterior lecionou nas universidades de Paris e Yale.

Da vasta produção deixada pelo professor, Walnice Galvão destaca, além d'*Os parceiros*, o tratado *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), “que detectou na base do processo que lhe dá título o desejo dos brasileiros de ter uma literatura própria, independente da matriz europeia, examinando como isso se construiu”, e *Teresina etc.* (1980), “que trata de militantes socialistas de vários matizes, na fase áurea da luta operária que se inaugurava em nosso país”. Para a professora, essas são três das vertentes centrais de seus interesses, que outros trabalhos aprofundariam.

Walnice cita também o ensaio “O direito à literatura”. “Ali, Antonio Candido sustenta que esse é um direito do cidadão, a mesmo título que os vários outros mais visíveis, já sancionados pela Declaração dos Direitos do Homem e pela tradição. Sua generosa concepção de utopia podia alcançar assim tão longe”, diz. Candido escreve nesse ensaio: “Negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade”.

A docente lembra que “este paladino da utopia começou cedo a atar as filigranas entre a literatura de seus amores e a militância política. Foi movido pela ditadura Vargas que abordou, se não as leituras socialistas, ao menos o ativismo em movimentos de resistência quando ainda estudante” (vide p.55).

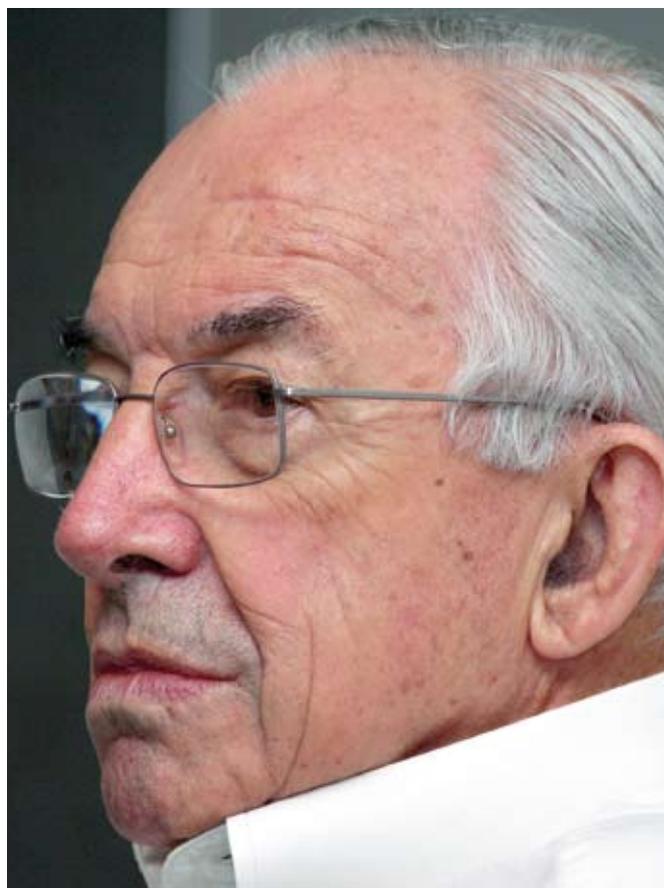
Rita Chaves, professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH, ressalta que, embora nunca tenha sido aluna de Candido, dele recebeu “as lições mais significativas, aquelas que me deixaram marcada a vida” já a partir da leitura de seus textos quando aluna do curso de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde fez graduação e mestrado.

Rita ingressou no doutorado na USP em 1986, quando Candido já estava aposentado, mas conta que passou a “perseguir” suas aparições em palestras, debates e cursos de extensão. Novas oportunidades de se aproximar do mestre surgiram quando ela também se tornou docente na FFLCH. “A primeira vez que pude conversar com ele, falou-me da sua vinculação a três estados do Brasil e perguntou a minha opinião sobre a sua identidade. Num acesso de bairrismo, com a irresponsabilidade da admiração profunda, eu defendi a sua ‘carioquice’, argumentando que ele, se tivesse ficado no Rio, teria sido um mestre-sala, porque era essa a marca de sua excepcional elegância. Ele achou graça. Anos mais tarde, na jornada em sua homenagem realizada em Marília, falei sobre isso ao escritor João Antônio, que me roubou a imagem no texto que publicou. Reclamei com o Mestre, que

se divertiu com o fato e me disse, sabiamente: ‘Você errou. Não devia ter falado ao João Antônio. Ele é um grande malandro, e mais carioca que nós dois’. Rimos do meu moralismo tonto a reclamar direito autoral. Foi só mais uma lição, com aquele humor que ele sabia exercitar.”

Antonio Candido foi casado com Gilda de Mello e Souza por mais de sessenta anos. Professora Emérita da FFLCH, Gilda faleceu em 2005. O casal teve as filhas Ana Luisa, Laura e Marina. As duas últimas fizeram carreira como docentes do Departamento de História da FFLCH.

CELSO BEISIEGEL



FEA/USP

Em 26 de novembro de 2017, faleceu aos 82 anos Celso de Rui Beisiegel, Professor Emérito da Faculdade de Educação (FE) da USP. Beisiegel foi pró-reitor de Graduação da Universidade entre 1990 e 1993 e também diretor da FE, entre outros cargos. Atuou ainda na Secretaria Estadual de Educação e no Ministério da Educação. Formado em Ciências Sociais e com mestrado e doutorado na área

de Sociologia, sempre na USP, ele dedicou suas pesquisas aos temas da educação popular, política educacional, sociologia da educação e educação de jovens e adultos. Em 2009, em homenagem ao professor, a Edusp lançou o livro *Celso de Rui Beisiegel: professor, administrador e pesquisador*, organizado pela professora da FE Gilda Maciel de Barros.

Carmen Sylvia Vidigal Moraes, professora da FE, conviveu com Beisiegel como aluna, orientanda e colega, e destaca que ao longo de seus quarenta anos de atuação profissional o docente manteve uma “profunda coerência que caracterizou sua vida de educador, pesquisador, administrador e militante em defesa da democratização da escola pública”. “Como bem afirmou um de nossos colegas, Salomão Barros Ximenes, por ocasião do falecimento do professor Celso: ‘não é possível compreender as lutas pela escola pública democrática no Brasil sem passar por sua obra e por seu exemplo.’”

Como estudante de graduação da antiga FFCL, continua Carmen, Beisiegel foi aluno de Fernando de Azevedo, Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Ruy Galvão Coelho, Egon Schaden, Octavio Ianni e Florestan Fernandes, “em cujas aulas e, principalmente, no ‘espírito de luta e no exemplo de Florestan Fernandes’, de quem era orientando, encontrou ‘as orientações mais gerais e principais diretrizes de atuação’ que procurou seguir ao longo de sua vida profissional”, como apontou ao receber o título de Professor Emérito, em 2006.

Beisiegel ocupou a cadeira de Sociologia I da então FFCL, acompanhando Florestan em suas andanças na campanha em defesa da escola pública. Exerceu também o magistério secundário e normal, com direção de ginásio estadual noturno na periferia da capital. Logo depois do golpe de 1964, desenvolveu em Ubatuba, com a participação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, outra experiência de alfabetização de adultos com o método Paulo Freire.

“Se o conteúdo crítico da sociologia clássica e moderna se viu confrontado, na expressão de Florestan Fernandes, ‘com a sociedade de classes em expansão’ da sociedade brasileira, portadora de acentuadas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, tais preocupações serão seminais nos estudos e pesquisas desenvolvidos por Celso sobre as relações entre mudanças sociais e mudanças educacionais”, diz a professora. “Na sociologia educacional que irá construir, com ênfase na historicidade do social, alcançarão prioridade as temáticas da democratização da escola pública, da expansão das oportunidades

educacionais e da qualidade do ensino, na sua relação com as demandas sociais populares e a atuação do Estado. Nesse escopo, as análises incidem inicialmente sobre ‘as práticas da educação popular’, o ensino de jovens e adultos analfabetos e as campanhas de alfabetização.”

Para Carmen Moraes, os trabalhos de Beisiegel no mestrado (*Ação política e expansão da rede escolar*) e no doutorado (*Estado e educação popular*) “são referências consideradas clássicas na área, assim como o rigoroso estudo sobre o método Paulo Freire e suas ricas e esclarecedoras análises relacionadas ao conceito de educação popular e à utilização indiscriminada da noção de populismo para a caracterização da participação política dos chamados setores populares”.

“Aprendemos com Celso e sua veemente defesa da educação pública que a presença das classes populares nas escolas públicas é o ‘ponto de partida para a melhoria da qualidade do ensino público’, que são elas, as classes populares, os sujeitos e a esperança da superação dos desafios inerentes à sua efetiva democratização”, enfatiza a professora Carmen.

Elie George Ghanem Junior, outro docente da FE, lembra que conheceu Beisiegel em 1983, quando fazia graduação em pedagogia na USP. Posteriormente foi seu aluno no mestrado e orientando no doutorado. Beisiegel, afirma, “era uma figura radiante e bem-humorada, de uma grande sensibilidade para com a vida das classes populares”. Como profissional, “formou uma leva de pesquisadores, cominando perfeitamente rigor científico, atenção e generosidade com seus pares e estudantes”.

“Ardoroso defensor da escola pública, o pesquisador contribuiu muito para a compreensão da sua trajetória em direção à oferta universal, superando muito de seus traços como fator de distinção e desigualdade social”, salienta Ghanem Junior. Estudou o acidentado percurso de ampliação dos serviços escolares, e se dedicou à investigação sobre a educação de pessoas adultas. “Isso gerou a obra marcante *Estado e educação popular* (1974), que interpreta a passagem da quase inatividade para a atuação sob pressão dos grupos locais em reivindicação, seguida de uma etapa em que o poder público passou a se antecipar e planejar a distribuição da cobertura escolar”.

“Coerente com sua temática, Beisiegel manteve sempre colaboração com esforços públicos e de organizações da sociedade civil direcionadas à democracia e ao seu correlato direito humano à educação. Um exemplo a ser seguido dentro e fora da universidade”, conclui Ghanem Junior.

ECLÉA BOSI

Cecília Bastos/USP



“As histórias de vida estão povoadas de coisas perdidas que se daria tudo para encontrar: elas sustentam nossa identidade, perdê-las é perder um pedaço da alma”, escreveu a professora Ecléa Bosi no livro *Velhos amigos* (2003), em que lembranças reais de velhos operários, imigrantes e outros anônimos são transformadas em narrativas para leitores de qualquer idade. Boa parte do trabalho desenvolvido por Ecléa, que faleceu no dia 10 de julho de 2017, aos 80 anos, foi dedicado a trazer à tona e preservar a memória de trabalhadores e cidadãos cuja experiência de vida tantas vezes é menosprezada, quando não de fato descartada e espezinhada.

Numa entrevista concedida ao autor desta reportagem em 2015, a professora dizia que uma cidade sem memória torna-se agressiva aos moradores e tende à decadência, porque os lugares que marcam a vida das pessoas não são considerados dignos de ser preservados. “Onde mais você pode colher informações preciosas sobre as transformações da cidade senão per-

DELICADEZA E CRENÇA NA HUMANIDADE

Dizia Hegel que “o familiar, exatamente por ser familiar, não é conhecido”. Para o filósofo, a imediatez gera um falso conhecimento, uma enganosa evidência. Lembro essa frase toda vez que penso em Ecléa. Como irmão mais novo, a sua presença constante e tão natural fazia com que olhasse para ela sem poder compreender traços de sua personalidade que me eram por demais familiares: uma delicadeza que em tudo contrastava com a brutalidade do mundo em que vivemos, e uma presença-distância em relação à realidade imediata na qual estamos mergulhados que, em alguns momentos, se expressava em frases soltas que se voltavam contra o que parecia evidente.

Só consegui entendê-la melhor através da mediação dos outros ou, para ser preciso, pelo olhar dos outros. Quando informado de nosso parentesco, um estranho brilho cintilava nos olhos de todos os interlocutores a quem fui apresentado, deixando transparecer uma veneração quase religiosa que ia muito além da familiaridade com que estava acostumado.

Como explicar esse fascínio? Foi necessário muito tempo para entender: o que todos viam na Ecléa eram as sobras de humanidade que ainda insistem em habitar em cada um de nós. Havia algo que ini-

guntando para os velhos? Os urbanistas devem sempre consultar os velhos moradores dos bairros antes de sair arrasando-os”, defendeu.

“A indagação de Ecléa e a busca de uma resposta configuram uma tomada de posição ética e política sobre a atividade intelectual e a pesquisa científica como militância, compromisso de luta contra a violência cotidiana da sociedade capitalista, em geral, e da brasileira, em particular”, escreveu a professora da FFLCH Marilena Chauí em volume da revista *Psicologia USP* publicado em homenagem a Ecléa em 2008. “É esse caminho de luta que se exprime naquilo que podemos considerar o foco de sua obra seguinte, *Memória e sociedade*, quando escreve: ‘O velho não tem armas. Nós é que temos que lutar por ele’. Se os velhos são os guardiães do passado,

cialmente me parecia quixotesco em seu comportamento, mas isso, demorei a perceber, significava apenas a revolta do “núcleo humano” que se mantinha intransigente perante a degradação do mundo. O seu comportamento ético levado ao extremo, sem concessões, era o valor ausente com que as pessoas mais diferentes se identificavam através dela. De um modo ou de outro, todos acabavam se encontrando naquela figura frágil que, com toda a força interior que tinha, empenhava-se na defesa de causas aparentemente perdidas sem nunca perder a doçura e a voz serena (e foram muitas essas causas: a sobrevivência de nosso planeta ameaçado pelas armas nucleares, o massacre de nossos índios, a cultura operária sob o cerco da indústria cultural, o descaso com os velhos etc.).

Recentemente, o papa Francisco declarou que “os comunistas pensam como os cristãos”. Ecléa, para espanto geral, falava a mesma coisa nos anos 50, no auge da Guerra Fria, quando desafiava o reacionarismo de uma Igreja Católica que ainda não conhecia João XXIII.

A crença na humanidade e a denúncia das degradações que o capitalismo impõe ao ser humano são a lição maior deixada por Ecléa — lição valiosa num momento regressivo em que tudo parece à deriva.

Celso Frederico, professor da ECA-USP

por que somos nós a lutar por eles? Porque foram desarmados. Ao nos conduzir até os idosos pobres e solitários, abandonados como os últimos vestígios da cidade, Ecléa expõe uma ferida aberta em nossa sociedade: a velhice despojada, oprimida e banida. Impedidos de lembrar e de aconselhar, impedidos de unir o começo e o fim, o passado e o presente, em nossa sociedade pragmática e consumida pelo desejo de eterna juventude veiculado pela cultura de massa, os velhos precisam lutar pelo direito de continuar humanos.”

Ecléa Bosi nasceu em São Paulo em 1936 e fez graduação, mestrado e doutorado em Psicologia na USP. Lecionou no Instituto de Psicologia (IP) desde 1967, recebendo o título de Professora Emérita em 2008. Entre os livros que publicou estão *Cultura de massas e cultura*

popular: leituras de operárias (1996) e *O tempo vivo da memória* (2003).

O já citado *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1994) é resultado de sua tese de livre-docência, defendida em 1982, que apresenta uma reflexão sobre a história da cidade de São Paulo a partir da memória social de idosos que participaram de sua construção. “É um livro para ler e reler, várias vezes. Difícil será não se emocionar e não se surpreender; há ali sempre algo a descobrir”, definiu Paulo de Salles Oliveira, professor do IP, em artigo sobre o livro publicado na *Revista USP* nº 98, em 2013. Ecléa foi casada com Alfredo Bosi, professor de Literatura Brasileira na FFLCH e membro da Academia Brasileira de Letras, com quem teve os filhos Viviana e José Alfredo.

A aposentadoria não interrompeu as atividades da professora no IP e na USP. Ecléa mantinha-se ativa lecionando disciplinas de Psicologia Social e, como testemunhou seu colega de docência José Geraldo de Paiva logo após a morte da professora, dizia “que sentia temor de novata toda vez que começava uma disciplina na pós-graduação”.

Um projeto ao qual se dedicava com atenção especial era a Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati), que criou em 1994. Em 24 anos de existência, a Unati já trouxe mais de 130 mil alunos idosos à USP. Além de participar de atividades exclusivas, os alunos da terceira idade cursam disciplinas de graduação dos cursos regulares e precisam cumprir as mesmas exigências dos demais estudantes, convivência que promove um intercâmbio de gerações.

A Unati acolhe desde profissionais que querem se atualizar em sua área até os que procuram adquirir conhecimentos em novas disciplinas. Já passaram pelo projeto, por exemplo, promotores de justiça ou professores de física nuclear que queriam aulas de psicologia. O tipo de aluno que Ecléa qualificava de “a glória do projeto”, entretanto, são os que nunca conseguiram estudar e que têm na USP essa oportunidade rara.

Na entrevista citada acima, a professora lembrou o caso de uma turma em que, assim que o docente passou a lista de leituras para a prova, os estudantes começaram a reclamar. Um aluno da terceira idade, metalúrgico que na época conseguira ocupação apenas para limpar as máquinas sujas de graxa, segurou um livro na mão e perguntou aos jovens: “Por que vocês se queixam? O livro é tão leve!” (vide p.58).

EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

Daniel Garcia



No dia 2 de novembro de 2017 faleceu, aos 89 anos, a professora e historiadora Emília Viotti da Costa, que lecionou no Departamento de História da FFLCH entre 1964 e 1969, quando foi aposentada pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado pela Ditadura Militar. Em 2012, foi homenageada num seminário internacional, e os textos apresentados na ocasião foram reunidos dois anos mais tarde no e-book *Brasileiros e brasilianistas - Uma homenagem a Emília Viotti da Costa*, publicado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nele, James N. Green, professor de História da América Latina na Brown University, salienta que, em 1969, a professora “era uma estrela em ascensão no campo da História do Brasil, na USP, quando os militares a obrigaram a aposentar-se, vedando-lhe emprego em qualquer instituição relacionada ao governo”.

Green prossegue: “Com encargos familiares e sem oportunidades imediatas de trabalho em seu país, ela aceitou o convite de Michael Hall — professor norte-

americano e historiador do Brasil, docente aposentado da Unicamp — para passar um semestre nos Estados Unidos como professora visitante na Tulane University, em Nova Orleans. No ano seguinte, voltou para os Estados Unidos, convidada pelo historiador brasilianista Joseph Love para outro período como professora visitante na Universidade de Illinois, em Campaign-Urbana”. Emília passou também pelo Smith College, em Massachusetts, e em 1972 foi para Yale, em Connecticut, onde se tornou professora titular. Em Yale, diz Green, “ela foi responsável pela formação de várias gerações dos mais talentosos e eminentes historiadores da América Latina”.

Maria Ligia Coelho Prado, Professora Emérita do Departamento de História da FFLCH, ressalta no mesmo volume que “ser aceita e respeitada — brasileira e mulher — como integrante do corpo docente de uma das mais conceituadas e prestigiadas universidades dos Estados Unidos e do mundo, num departamento, à época, dirigido por homens, foi tarefa hercúlea”. Outra questão crucial merece ser assinalada, diz Maria Ligia: “Emília precisou ultrapassar uma fronteira pouco mencionada: de historiadora do Brasil transformou-se em professora e pesquisadora de História da América Latina. Conforme estipula a grade curricular da graduação dos departamentos de História dos Estados Unidos, não é possível ensinar apenas História do Brasil. Assim, num curto espaço de tempo, Emília tornou-se docente e orientadora de teses sobre a História da América Latina”.

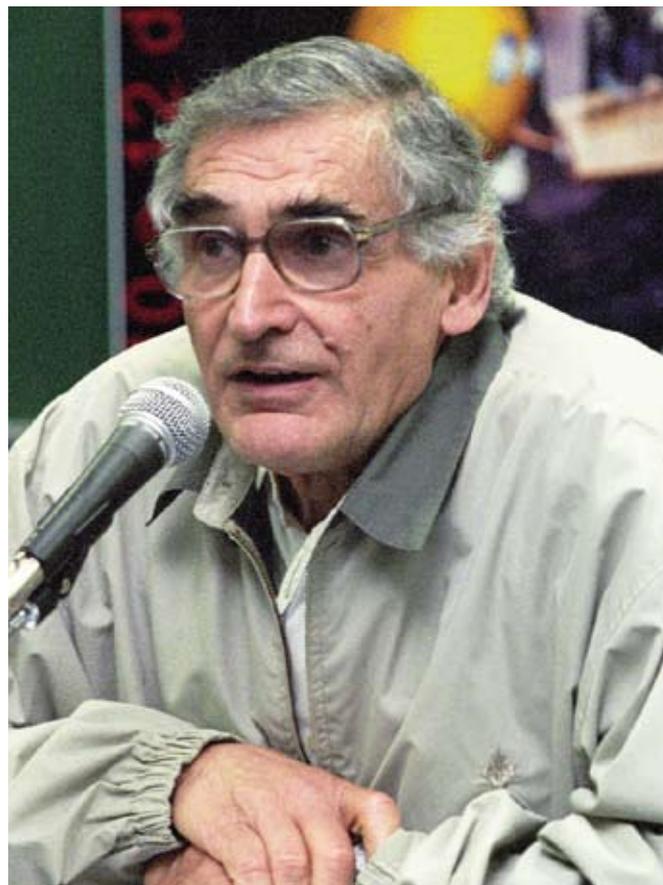
No livro *Memórias das mulheres do exílio*, publicado em 1978, Emília Viotti da Costa falou sobre suas razões para ir aos Estados Unidos: “Primeiro, o clima de insegurança existente naquela época, quando qualquer pessoa poderia ser detida ou punida em virtude de acusações irresponsáveis de inimigos pessoais, sem que lhe fosse dada autêntica oportunidade de defesa [...]. Esse clima de tensão, ansiedade e arbitrariedade, que para alguns custou a própria vida, tornava qualquer atividade intelectual momentaneamente impossível. A segunda razão que me levou a sair do Brasil foi a falta de condições de trabalho, após minha aposentadoria compulsória pela Universidade de São Paulo em 1968. Ensinar, para mim, é uma atividade fundamental. [...] O trabalho de pesquisa dissociado do ensino foi sempre insatisfatório para mim, por isso procurei no exterior as condições que me faltavam no Brasil.”

ERNST HAMBURGER

Maria Helena Rolim Capelato, docente do Departamento de História da FFLCH, destaca que, além da contribuição que deixou em seus trabalhos historiográficos e em seu empenho como professora, pesquisadora e orientadora no Brasil e nos Estados Unidos, Emília marcou por “suas opiniões e atitudes políticas demonstradas ao longo de sua trajetória: corajosamente denunciou desmandos da Ditadura no Brasil e pagou caro por sua ousadia”. O motivo da cassação e aposentadoria compulsória foi a sua apresentação numa aula inaugural da FFLCH. “Nessa ocasião, escolheu como tema o famoso e controverso acordo MEC-USAID, firmado pelo governo brasileiro com uma entidade financiada pelo governo norte-americano (Aid for International Development) para realização de reformas no sistema educacional brasileiro. A professora Emília Viotti analisou esse acordo e o questionou, referindo-se à orientação exclusivamente tecnológica, ao atrelamento da universidade ao setor empresarial, à intervenção deste no setor de pesquisa e ensino. Alertou, também, para o fato de que, a partir dele, as universidades públicas poderiam se tornar pagas”, lembra. A aula se transformou em texto, publicado pela revista do Grêmio da FFLCH, e circulou por todo o país, com grande repercussão no meio universitário e na mídia. “O resultado dessa polêmica foi a sua demissão da USP”, relata Maria Helena.

Estudiosa do tema da escravidão, Emília escreveu diversos livros que se tornaram referência, como *Da senzala à Colônia* (1966), *Da Monarquia à República - Momentos decisivos* (1977) e *Coroas de glória, lágrimas de sangue*, publicado em inglês em 1994 e em português em 1998. De volta ao Brasil, recebeu em 1999 o título de Professora Emérita na USP. Entre os trabalhos que desenvolveu a partir daí esteve a direção da coleção “Revoluções do século XX”, publicada pela Editora da Unesp.

Professor adjunto de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC), Gilberto Maringoni relata que se sentiu extremamente honrado ao ser convidado por ela para escrever o volume dedicado à Venezuela, em 2008. “Ela adorava desmistificar a aura de encantamento que cobre as passagens de pesquisadores da periferia em universidades norte-americanas. Sem deixar de valorizar a excelência acadêmica dessas instituições, ela reclamava do tratamento muitas vezes dispensado a estudiosos do Sul”, lembra. “Tinha exata noção de sua importância na historiografia brasileira, sem perder o humor e a informalidade daqueles que não precisam provar nada a ninguém.”



Faleceu no dia 4 de julho de 2018, aos 85 anos, o professor Ernst Wolfgang Hamburger. “Ernesto”, assim carinhosamente chamado por alunos e colegas, exerceu destacado papel não apenas no Instituto de Física (IF) da USP, mas na ciência brasileira, como professor, como pesquisador e como divulgador do conhecimento científico. Presidiu a Associação dos Docentes da USP (Adusp) e tomou parte de embates importantes contra a Ditadura Militar.

De família judia, Hamburger nasceu em Berlim em julho de 1933, mesmo ano em que Adolf Hitler chegou ao poder. Em 1936, a família decidiu fugir da perseguição nazista e chegou ao Brasil em outubro do mesmo ano, instalando-se na cidade de São Paulo. Conforme lembrou o *Jornal da Ciência*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Hamburger “cresceu entre as ruas Haddock Lobo e Groenlândia, nos Jardins, em São Paulo”, aprendeu português com os amigos, na rua, e estudou numa escola pública estadual, a “Presidente Roosevelt”.

Ingressou no curso de Física da então Faculdade de Filosofia da USP e, ainda na graduação, foi estagiário na montagem do acelerador eletrostático Van der Graff, aproximando-se da física nuclear, que se tornaria sua área de pesquisa. Formou-se em 1954. Em 1956, ano em que se tornou brasileiro naturalizado, foi para os Estados Unidos, onde realizou seu doutorado na Universidade de Pittsburgh, juntamente com a esposa, a também física Amélia Império, que fora sua colega na graduação. Tendo obtido a livre-docência na USP em 1962, prestou concurso para professor titular em 1967, tornando-se docente da universidade aos 34 anos. Criou o Simpósio Nacional de Ensino de Física, colaborou na criação da Pós-Graduação no ensino de Física e publicou importantes trabalhos sobre a estrutura dos núcleos atômicos e sobre as reações nucleares. No final da década de 1970 criou o Laboratório de Demonstrações do IF, voltado para divulgação de experimentos e fenômenos da física, dando assistência didático-pedagógica aos docentes do instituto e da Escola Politécnica (EP). O laboratório, inicialmente denominado “Prateleira de Demonstrações”, foi mais tarde, em sua homenagem, batizado com seu nome.

Entre 1994 e 2003, Hamburger dirigiu a Estação Ciência, museu da USP com exposições interativas sobre diversas áreas científicas, hoje inativo. Suas iniciativas no setor de divulgação foram distinguidas com duas importantes honrarias: o Prêmio José Reis de Divulgação Científica, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq (1994), e o Prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco (2000). Ele também foi diretor do IF. Em dezembro de 2013, recebeu da Câmara Municipal de São Paulo o título de Cidadão Paulistano.

Em janeiro de 1970, em plena vigência do AI-5, Hamburger, na condição de secretário-geral da Sociedade Brasileira de Física (SBF), assinou solitariamente uma corajosa carta ao ditador Garrastazu Médici, em protesto contra o Ato Complementar nº 75 (AC 75), que afastava das universidades públicas os professores e cientistas tidos como contestadores.

Na carta, registrava que vários membros da SBF, “entre eles alguns de seus diretores, mundialmente co-

nhecidos e respeitados pelo alto valor de suas atividades profissionais, estão sendo impedidos de trabalhar em entidades públicas ou subvencionadas”, por força do AC 75, e “sendo absolutamente impedidos de trabalhar, a menos que abram mão de sua dignidade profissional, que contrariem suas aptidões já identificadas e plenamente desenvolvidas, que considerem nulos os longos anos de estudo e de trabalho, dentro e fora do Brasil, que renunciem a colaborar para o progresso da Humanidade no setor a que dedicaram toda a sua existência”.

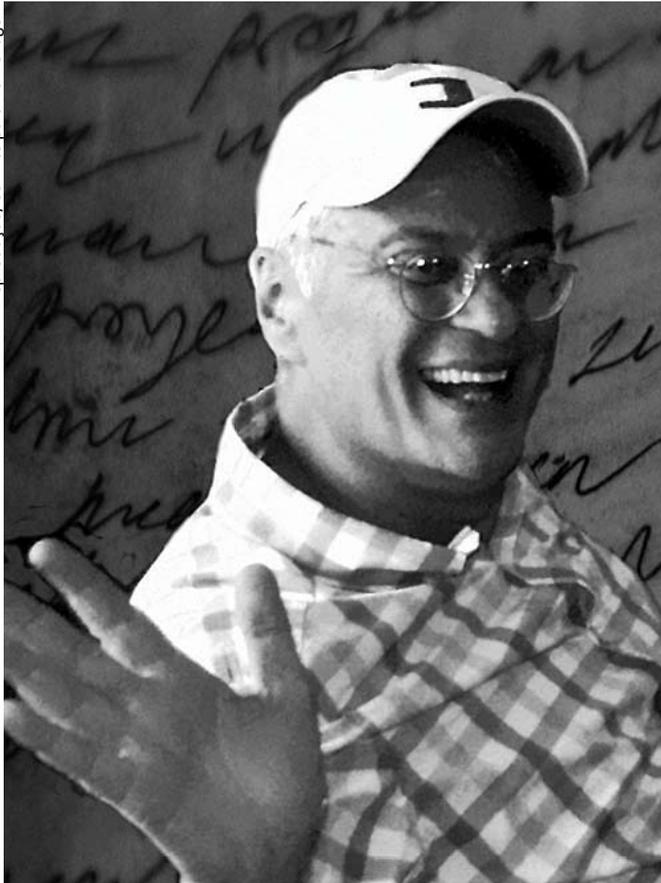
Após destacar que “nem os punidos nem o signatário sabem os motivos das punições”, Hamburger acrescentou que o AC 75, “além de configurar um atentado frontal à liberdade de trabalho, representa a negação de outros princípios fundamentais inerentes à preservação da dignidade humana e consagrados pelas tradições jurídicas dos povos civilizados”. E arrematava: “Por todos esses fundamentos, na expectativa de que os atos de Vossa Excelência confirmem as intenções proclamadas, o peticionário solicita a Vossa Excelência que, no uso da faculdade assegurada pelo artigo 182, parágrafo único, da Constituição vigente, decrete, após ouvido o Conselho de Segurança Nacional, a revogação do Ato Complementar nº 75”. O episódio é relatado no livreto *O Controle Ideológico na USP*.

Em 1977, depois que o regime militar proibiu a realização da 29ª Reunião Anual da SBPC na Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Reitoria da USP recusou-se a sediá-la, Hamburger, então diretor da SBPC, e outros membros da entidade, como a professora Carolina Bori, enfrentaram o veto e conseguiram realizar o encontro na PUC: “Ele organizou uma Comissão de Associados da SBPC num grande movimento nacional e, com a colaboração do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, essa importante reunião aconteceu na PUC São Paulo”, relata o professor sênior João Zanetic, que foi seu colega no IF.

Ernst e Amélia Império, que também se tornou docente da USP, lecionaram por décadas no IF, legando uma memorável lição de amor à ciência desinteressada e ao ensino público. Amélia faleceu em 2011. O casal deixou cinco filhos: Sônia, Vera, Fernando, o cineasta Cao e a antropóloga Esther, professora do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes (ECA).

JOAQUIM ALVES DE AGUIAR

Reprodução/Convite para homenagem



Em 2016, faleceu Joaquim Alves de Aguiar, o Juca, professor do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH e autor de livros como *A poesia da canção*, *Espaços da memória: um estudo sobre Pedro Nava e Leniza & Elis*, escrito em parceria com Ariovaldo José Vidal. O professor Jean Pierre Chauvin (ECA), que foi seu aluno de Introdução aos Estudos Literários (IEL) e de Literatura Comparada, diz que deve a Joaquim “uma penca de coisas”. “Disse isso a ele de algumas formas. Primeira delas: a ideia de estudar Machado de Assis (o que comecei a fazer em 1995, inspirado por uma de suas aulas sobre *Dom Casmurro*). A segunda: graças às suas correções atentas e às palavras de incentivo, creio que minha redação melhorou sensivelmente. Joaquim era muitas coisas e, salvo engano, marcou sensivelmente a nossa geração – sedenta por mestres, por sujeitos que fossem referência seguras em literatura, docência e vida”, escreveu em texto que homenageia o professor.

Bianca Ribeiro Manfrini, que fez mestrado e doutorado em Literatura na FFLCH, tinha 19 anos quando conheceu Juca, também como sua aluna de IEL. “Apesar de fazer quase vinte anos que tudo isso aconteceu, lembro bem dos assuntos do curso: a *Poética* de Aristóteles, *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, *Édipo Rei* de Sófocles, para mostrar em ação os ensinamentos de Aristóteles e, por fim, aquele assunto que mais me fascinou na época e que era praticamente uma aura que cercava a figura do Joaquim: a melancolia. Nessa aula, cheia de paixão e referências pessoais, ele explicou o tema de forma que me marcou para sempre. Ali, me descobri: eu também era melancólica”, recorda.

Bianca se aproximou do professor com o intuito de fazer um projeto de iniciação científica. “Num pequeno recorte de papel, ele me indicou romances de escritoras pouco conhecidas: Patrícia Galvão, Maria José Dupré, Carolina Maria de Jesus e Zulmira Ribeiro Tavares. Começava a nascer, ali, meu livro *A mulher e a cidade*, publicado pela Edusp, fruto do texto de minha dissertação de mestrado”, relata.

Para Bianca, “Joaquim tinha um olhar cansado, triste, distante até”, e “por trás de sua simpatia e cordialidade existia melancolia e solidão”. “Lembro sempre de sua voz ao telefone: quando ele me ligava eu parava tudo o que estava fazendo em casa para ouvir recomendações de livros, filmes, e pensamentos sobre a vida. Também trocamos muitos *e-mails*, nos quais ele falava sobre a vida de forma sempre profunda, sensível e por vezes dolorida. Era cercado por suas memórias, tinha uma visão amarga e pessimista da vida, mas sabia ao mesmo tempo ser doce e acolhedor. Joaquim era *bittersweet*, como se diz em inglês.”

Era homem de pensamento sólido, exigente, diz ela, mas ao mesmo tempo valorizava a liberdade e a criatividade dos alunos. “Nunca se deixou engessar pelas exigências tantas vezes monótonas e exageradamente formais do meio acadêmico.” A morte era um tema sempre presente em suas aulas, porque, no entender do docente, “a morte dá sentido à vida da pessoa”. “Somente uma vida com começo e fim pode adquirir sentido. Demorei a entender isso”, observa. “A voz do Joaquim falando das misérias da vida, seu realismo pesado, sua ironia mordaz continuam vivas comigo. Impossível pensar na trajetória de minha vida sem a presença dele. E o

que mais se pode pedir de um grande professor? Sua influência na vida dos alunos, intelectual e humana, é um de seus legados mais fortes.”

Numa sessão em homenagem a Juca, realizada na FFLCH no final de 2016, o editor Bruno Zeni relatou sua convivência com Aguiar. Lembrou que o conheceu como “aspirante a orientando” do mestrado em Letras na FFLCH. Para Zeni, Juca se debruçava com generosidade “não sobre os interesses pessoais ou sobre aquilo que poderia lhe render frutos acadêmicos, via orientando (ele nunca se preocupou com isso), mas sobre a escolha do orientando, sobre o projeto, sobre as dificuldades e dúvidas do orientando”. “Essa atenção generosa e genuína”, continua, “foi sempre a marca da minha relação com ele, e é disso que vou lembrar para sempre: sua franqueza, sua dedicação, seu interesse, sua curiosidade, sua empatia e sua inteligência fina.”

Entre mestrado e doutorado, a convivência se estendeu por mais de dez anos, de 2001 a 2012. “Foi um diálogo muito proveitoso, com momentos de maior proximidade e constância e outros de maior distância, mas sempre pautado pelo respeito mútuo e, de minha parte, por muita admiração intelectual e pessoal”, relata Zeni. “As lembranças do Juca estarão para sempre, no meu caso, entrelaçadas com as da minha trajetória intelectual, que também tem muito de trajetória afetiva e afetuosa, por conta da felicidade de ter tido o Joaquim como orientador e amigo.”

OSWALDO PORCHAT

Em 15 de outubro de 2017, faleceu aos 84 anos Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva, Professor Emérito de Filosofia da USP e da Unicamp. Porchat deixou a mulher, a psicóloga Ieda, a filha, Patrícia, professora de Psicologia na Unesp, e duas netas.

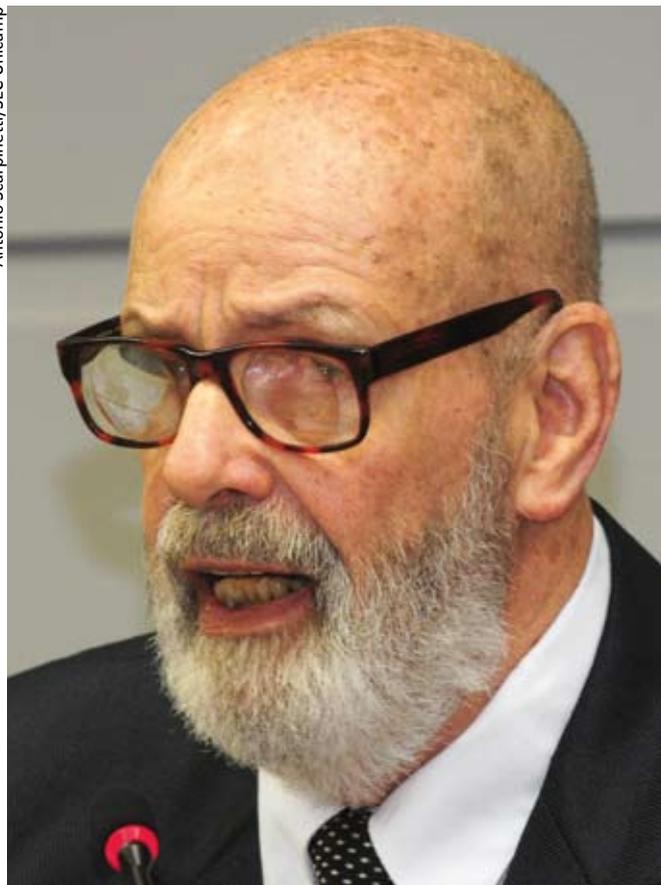
Sua trajetória acadêmica começou com a formação em Letras Clássicas na USP em 1956. Pouco antes de iniciar uma pós-graduação em grego em Paris, acabou trocando o curso por nova graduação, desta vez em Filosofia, na Universidade de Rennes, também na França, por influência do professor Victor Goldschmidt (1914-1981), de quem se considerava discípulo. Defendeu doutorado em Filoso-

fia na USP em 1967 e, em 1970, concluiu pós-doutorado em Lógica na Universidade da Califórnia em Berkeley, nos Estados Unidos.

Porchat lecionou na USP entre 1961 e 1975 e na Unicamp de 1975 a 1985 — ali criou o Centro de Lógica e Epistemologia. “Como responsável pelo Centro, Porchat promoveu vários colóquios sobre diversos temas filosóficos, o que permitiu a diferentes grupos de pesquisadores de diferentes universidades do país se conhecerem e dialogarem entre si”, aponta Roberto Bolzani Filho, professor do Departamento de Filosofia da FFLCH. Aposentado na Unicamp, retornaria como docente à USP, onde permaneceu até 1998.

“Tive o privilégio de conhecer Oswaldo Porchat, de ter sido seu orientando de mestrado e doutorado, e de privar de sua amizade. Posso afirmar sem hesitação que ter convivido com ele foi decisivo para minha trajetória acadêmica, para minha visão sobre a Universidade e sobre o mundo”, diz Bolzani Filho. Para ele, após o doutorado, Porchat passou a desenvolver, por toda a vida, uma reflexão filosófica própria, “que resumidamente pode ser descrita como a defesa de uma racionalidade

Antonio Scarpinetti/SEC Unicamp



consciente de seus limites, que procura manter-se afastada de especulações metafísicas e idealistas, voltada à experiência compartilhada e comum dos homens”. “Decisiva em sua trajetória foi a descoberta da força do ceticismo, visto, num primeiro momento, como um adversário a ser combatido e, mais tarde, como um aliado em sua defesa de uma racionalidade crítica, rigorosa e, ao mesmo tempo, pautada pelas verdades da experiência comum”, acrescenta.

Além de pensador e pesquisador, na visão de Bolzani Filho, Porchat foi sobretudo um educador. “Preparava suas aulas com esmero e carinho, e era um privilégio poder acompanhar seu raciocínio, em exposições impecáveis”, afirma. O professor também assumiu funções de coordenação em agências federais e estaduais de fomento.

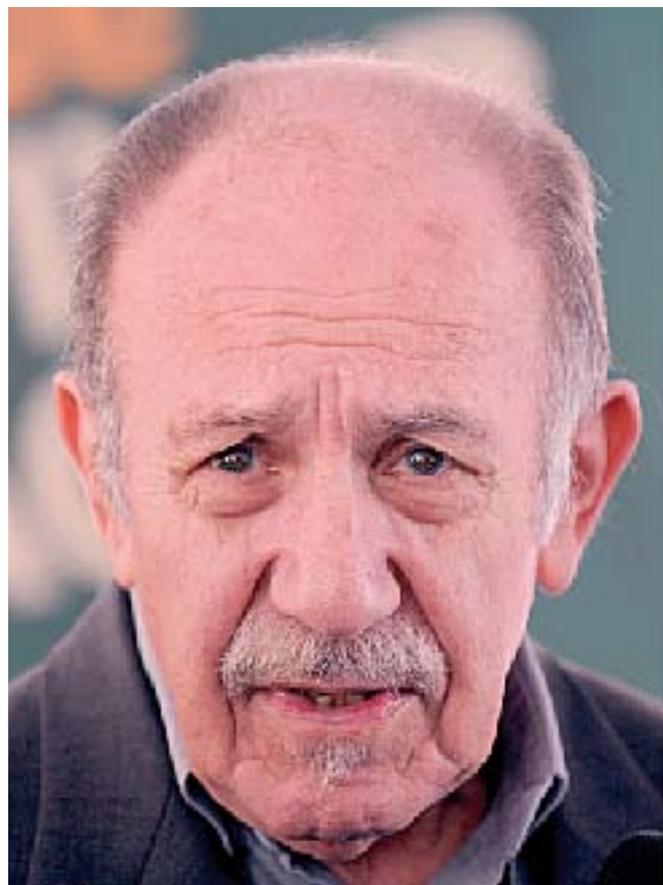
“Porchat era uma grande figura humana, sempre generoso e profundamente interessado em conhecer as opiniões dos outros sobre filosofia, em particular as dos estudantes. Essa é uma qualidade sua que sempre me impressionou: o respeito e consideração que dedicava aos seus alunos. Nunca o vi menosprezar a mais singela fala de um estudante, em sala de aula ou outro lugar. Argumentador incansável e implacável, mas justo, ensinava-nos que o diálogo franco é o que há de mais importante e que a autoridade, em Filosofia, não vale nada. Não é uma lição fácil de assimilar e praticar, mas ele sempre a ofertou a todos”, completa o docente.

Para Marco Zingano, professor do Departamento de Filosofia da FFLCH, “Porchat exerceu uma enorme influência na vida filosófica uspiana e, também, brasileira”. Sua tese, explica, “foi uma análise da doutrina aristotélica da ciência, desdobrada nos *Segundos analíticos*, na qual tentou dar um papel importante para a dialética aristotélica (desenvolvida em especial no *Tópicos*) para a descoberta dos primeiros princípios da ciência”.

Defendida em 1967, sua tese só seria publicada em 2001, com o título *Ciência e dialética em Aristóteles*. A razão, de acordo com José Arthur Gianotti, também Professor Emérito da USP e amigo de Porchat, era que o autor a considerava “um livro não acabado”. “Sua publicação tardia fez com que sua influência fosse menor do que merecia, pois ela abria uma série de perspectivas que foram desenvolvidas por outros filósofos a respeito do papel da dialética em Aristóteles, tema altamente discutido nos anos 1980-90”, diz Zingano. “Mais do que

uma doutrina, Porchat ensinava um estilo, uma atitude. Sua clareza argumentativa, seu humor, sua elegância filosófica se completavam com uma generosidade ímpar, o que fez dele uma figura proeminente no cenário acadêmico brasileiro.”

PAUL SINGER



paulsinger.com.br

O professor e economista Paul Israel Singer faleceu no dia 16 de abril de 2018, aos 86 anos, quando se encontrava em tratamento no Hospital Sírio-Libanês. Austríaco de nascimento, chegou ao Brasil com oito anos, em 1940 (depois que a Alemanha nazista anexou a Áustria), e se naturalizou em 1954. Paul formou-se em Economia e doutorou-se em Sociologia pela USP. Tornou-se professor da então Faculdade de Ciências Econômicas (hoje Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, FEA) e livre-docente em demografia, mas em 29 de abril de 1969 foi aposentado

compulsoriamente pelo ditador Costa e Silva, com base no AI-5. A esta altura, porém, ele “se afastara da Faculdade de Ciências Econômicas e se ligara ao grupo que, na Faculdade de Higiene e Saúde Pública, sob a liderança de Elza Berquó, propunha toda uma nova linha de pesquisa demográfica”, conforme registrado no livreto *O Controle Ideológico na USP (1964-1978)*.

Anistiado em 1979, passou a dar aulas na Pontifícia Universidade Católica (PUC-São Paulo), onde se tornou chefe do Departamento de Economia. Nesse mesmo ano, Paul foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Mais tarde, engajou-se com entusiasmo nas administrações petistas, onde exerceu cargos que lhe permitiram experimentar suas formulações teóricas. Convidado pela prefeita Luiza Erundina, assumiu a Secretaria de Planejamento da capital paulista, exercendo o cargo de 1989 a 1992. No governo Lula assumiu, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, cargo em que permaneceu até 2016. “Meu pai sempre foi um militante, um homem da prática. E ele conseguia aliar essa prática à atividade de escrita, o que é extremamente difícil”, declarou ao jornal *O Globo* o professor André Singer (FFLCH), um dos filhos de Paul. “Meu pai chegou ao Brasil fugido da guerra. Era extremamente grato ao povo brasileiro. E era um grande batalhador pela justiça social”.

Um aspecto notável da biografia de Paul é que, antes de tornar-se economista, trabalhou como operário metalúrgico. Nesta condição, com a idade de 21 anos, participou ativamente de um momento de grande importância no movimento operário brasileiro: a vitoriosa “Greve dos 300 mil”, realizada em São Paulo em 1953. Ele próprio registrou essa experiência ao elaborar uma reportagem completa sobre a greve, em três números do jornal *Folha Socialista*, como destaca o site *paulsinger.com.br*, criado por seus filhos. O documento original está disponível para consulta no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), e seus trechos principais, transcritos para publicação no site em sua homenagem, merecem citação.

“A recente greve de quase um mês, que abrangeu 4 das maiores categorias operárias de São Paulo deve nos servir de precioso material, donde é preciso extrair as lições indispensáveis ao desenvolvimento da ação pro-

letária, num sentido cada vez mais avançado e de resultados cada vez mais duradouros e de maior alcance. [...] Esta greve, pela extensão que alcançou e pela sua importância toda especial na atual situação política e social em que vivemos, deve ser cuidadosamente estudada por todo militante e simpatizante do partido, e para este estudo pretendemos oferecer o material proporcionado pela nossa experiência pessoal no setor metalúrgico.”

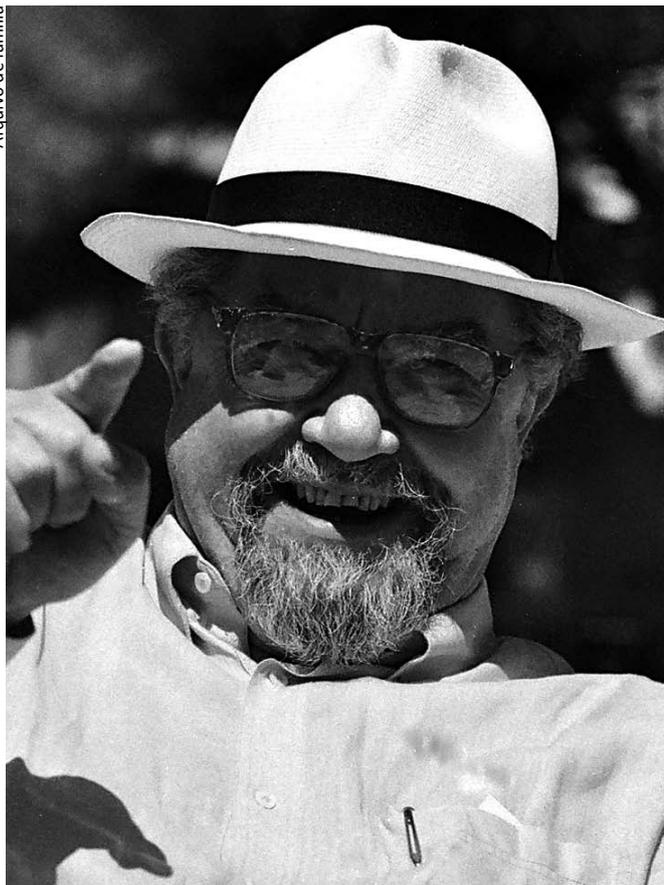
Como antecedentes da greve, Paul registrou “a demanda operária por ajuste salarial para repor as perdas inflacionárias” e a negativa “de qualquer negociação” por parte dos patrões. “Enquanto se formulava um *ultimatum* aos patrões, urgia preparar a greve, já inevitável. Estávamos em 20 de março; não havia tempo a perder. Era preciso imprimir material de propaganda, organizar um plano de finanças, convocar militantes, criar um sistema de piquetes. Nada disso foi feito. Os militantes stalinistas no último momento recuaram: recusaram-se a aceitar a greve como um fato consumado, não tinham fé no espírito das massas e adotaram a linha de ‘segurar’ o movimento [...] No dia 25 de março, nova assembleia; pouca gente. [...] Subitamente estoura a notícia: os têxteis entraram em greve! Júbilo intenso; solidariedade comovente de todos operários”.

No entender de Paul, a “espontaneidade das massas, o espírito de dedicação e altruísmo dos elementos mais simples da classe operária foi a causa primeira deste movimento único na sua extensão”. A ilustrar tal espírito, o relato de alguns episódios: “Haveria não poucos casos comoventes a registrar: o daquela fábrica em que 16 operárias paralisaram o trabalho e 300 homens continuaram no serviço até que chegasse o piquete pedido pelas primeiras e fizesse com que todos aderissem ao movimento; ou daquela outra que só empregava menores, que nem estavam registrados, e na qual o único que já era maior, um rapazinho de 18 anos, levou todos os meninos à greve. ‘Afim de contas, pensei eu, nós também precisamos lutar pelo aumento, não é?’ disse-me ele quando foi levar a notícia de adesão da sua gente”.

O acervo de Paul Singer foi doado por seus filhos ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP). Viúva da socióloga Melanie Berezovsky Singer (1932-2012), ele deixou os filhos André, Helena e Suzana.

SÉRGIO HENRIQUE FERREIRA

Arquivo de família



Já no ano seguinte à conclusão de seu doutorado na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP, Sérgio Henrique Ferreira tornou-se internacionalmente conhecido ao publicar um artigo sobre o estudo do fator potencializador da bradicinina, peptídeo que deu origem a um dos principais grupos farmacológicos empregados no tratamento de doenças cardiovasculares e controle da pressão arterial. Naquele 1965, Ferreira tinha apenas 30 anos de idade. Ele faleceria aos 81 anos, em 17 de julho de 2016, depois de uma longa carreira como docente, pesquisador e formador de gerações de pesquisadores. Seu orientador no doutorado foi outro grande nome da ciência no país: Maurício Rocha e Silva (1910-1983), descobridor da bradicinina, descrita num artigo de 1949.

“Sérgio Ferreira foi um dos maiores cientistas brasileiros de todos os tempos. Uma pessoa completamente dedicada ao ensino e à pesquisa, com uma visão ampla dos problemas do país, e cujas soluções propôs como

presidente de sociedades científicas como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTE). Figuras como ele fazem imensa falta nos momentos sombrios pelos quais estamos passando”, avalia Francisco Silveira Guimarães, docente do Departamento de Farmacologia da FMRP. Guimarães conviveu com Ferreira por mais de trinta anos, inicialmente como estudante de pós-graduação e depois como colega de departamento. “Seu legado é imenso, e inclui a descoberta do fator potencializador da bradicinina, contribuições fundamentais no entendimento dos mecanismos de drogas analgésicas e anti-inflamatórias e a formação e inspiração de uma geração de pesquisadores espalhados por todo o país, que estabeleceram a área de dor e inflamação como destaque em nível internacional”, completa.

No mesmo ano de 1965 em que publicou o artigo sobre seu estudo, Ferreira foi para Londres fazer um pós-doutorado no Royal College of Surgeons, sendo orientado por John Robert Vane, que receberia o Prêmio Nobel de Medicina em 1982. Sua esposa, Clotilde Rossetti Ferreira, doutorou-se em psicologia na Universidade de Londres. O casal já tinha dois filhos, e a terceira nasceria durante o período na Inglaterra, que se estendeu até 1967. O Brasil vivia os primeiros anos da Ditadura Militar. “O Sérgio foi fichado e avisado de que tínhamos que sair do país. Tínhamos muitas reuniões em casa discutindo política”, conta Clotilde, Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, onde ainda atua fazendo pesquisas no Departamento de Educação, Informação e Comunicação. Embora não tivessem vínculos partidários, ela e o marido eram de esquerda. “Em 1964 escondemos o Pedro de Azevedo Marques [vereador comunista de Ribeirão Preto], e fui interrogada por 24 horas por causa disso”, exemplifica.

No retorno ao Brasil, a família enfrentou novos problemas, entre eles o desligamento de Clotilde da FMRP — mais tarde, ela prestaria novo concurso para ingressar na FFCLRP. O aumento da repressão, com a decretação do AI-5 no final de 1968, tornou concreta a possibilidade de prisão de um ou outro, ou de ambos. Veio então um novo período de estudos na Inglaterra, entre 1970 e 1975, em que os dois fizeram pós-douto-

SENSÍVEL, ALEGRE E IMPACIENTE

rado (para Ferreira, o segundo). A volta ao Brasil, explica a professora, deu-se porque ela avaliou que teria “mais coisas a fazer” por aqui do que no exterior e pelo desejo de Ferreira de que os filhos tivessem uma educação que os fizesse “mais brasileiros do que ingleses”.

A companheira de uma vida inteira — foram 58 anos de convivência, 55 de casamento — define Ferreira como “um vulcão de ideias”, e sempre disposto a tensionar. “Tinha a coragem de ter ideias que rompiam com o convencional. Por isso ele foi tão importante em ciência. Ao mesmo tempo, foi uma liderança”, afirma. “A forma de pensar dele era divergente. Ele pensava questionando, colocando em xeque as tuas ideias. Não tinha coisa morna com ele.”

O testemunho da esposa coincide com o de Fernando Queiroz Cunha, professor titular da FMRP e orientando de Ferreira no doutorado. “O Sérgio sempre estava disposto a ouvir algo sobre ciência. Sempre estava disposto a conversar, e tinha uma característica muito interessante. Um dia eu falei para ele: ‘Sérgio, mas por que você discorda de tudo? Por que você constrói as suas discussões científicas em cima da negação? Aí ele passava a mão na barba e dizia: ‘Mas eu não dei certo? [ironizando]. Escute, e aprenda isso: na hora em que eu nego uma afirmação sua, ou eu falo que não é bem assim, você vai gastar um enorme tempo elaborando melhor a sua hipótese ou o seu achado para me provar que você está certo. Eu aprendo muito mais’. Essa maneira dele se contrapor à realidade também era uma maneira de aprender com a realidade.”

Quando fez o doutorado, Queiroz era professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Passou a trabalhar na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) por indicação de Ferreira. Em 1987, ele e Francisco Guimarães foram contratados como docentes na Farmacologia da FMRP e passaram a ser colegas do professor. “Minha relação científica e de amizade com o Sérgio começou aí. Nós nos conhecíamos muito bem. Nunca, nestes ‘milhões’ de anos, tivemos qualquer problema de relacionamento. Havia um respeito mútuo muito grande e eu aprendi

Nós nos encontramos pela primeira vez no início de 1971, quando, como jovem doutor, me juntei à equipe do Departamento de Farmacologia do Royal College of Surgeons, em Lincolns Inn Fields. Sérgio já era bem conhecido por sua descoberta do fator potenciador de bradicinina (BPF) e energizara o Departamento ao chegar do Brasil alguns anos antes com uma pequena garrafa de “o material”, que ele já sabia baixar a pressão arterial em animais. Entre 1965 e 1971 e em colaboração com cientistas do Brasil, EUA e Reino Unido, ele elucidou a estrutura da BPF, composta por dois peptídeos distintos, um penta e um nonapeptídeo e mostrou que esses compostos também inibiam a conversão de Angiotensina I e Angiotensina II.

Sérgio tinha uma mente penetrante e alegre e era capaz de detectar rápida e eficientemente as questões mais relevantes de um projeto. Muitas vezes, porém, seguia-se a isso uma torrente de pensamentos e uma impaciência que conspiravam contra o acompanhamento sistemático daquele projeto. Por isso, alguns de seus *insights* acabaram sendo explorados por outros pesquisadores.

Sérgio era um sensível, perceptivo e carismático cidadão do mundo. Ele tinha raciocínio rápido e um discurso pronto e estava sempre preparado para iniciar uma festa. Seu relacionamento com Clotilde era excepcional; ela forneceu uma combinação de malícia, ânimo para sua personalidade borbulhante e aumentou sua percepção. Muitos se lembrarão de sua piada, quando John Vane recebeu o título de Cavaleiro: “Levou muitos anos para John se tornar *Sir John*, mas eu nasci *Sir-gio!*”

Adeus então a um cientista e ser humano de destaque. Sinto falta do amigo, do companheiro, do confidente e do honrado competidor.

Salvador Moncada, pesquisador hondurenho (resumo de depoimento)

muita coisa de ciência com ele”, relata.

Queiroz diz nunca ter conhecido alguém que “genuinamente expressasse sua opinião” como Ferreira, independentemente de ser o interlocutor de esquerda ou de direita. “Ele pagou um preço muito alto por isso. Comprou uma briga com a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo]...” Ferreira criticou a agência porque acreditava que ela estava dando prioridade à biologia molecular, em detrimento das áreas clássicas. Clotilde confirma: “O Sérgio era um pensador independente, que falava o que queria para quem ele queria. Esses órgãos, Fapesp, Capes, não gostam de alguém com esse perfil”. Em relação à convivência de ambos com a USP, dado o fato de serem espíritos livres numa universidade conservadora, ela diz: “A instituição piorou muito. Era melhor do que agora. Ultimamente está andando para trás”.

Ainda segundo Queiroz, Ferreira tinha uma “integridade acadêmica e humana” incomum nos dias atuais. “Como cientista, nunca abriu mão dos princípios em que acreditava para facilitar sua vida científica ou obter financiamentos... Isso é muito raro hoje, se é que existe. A morte do Sérgio foi uma perda enorme para a ciência”, lamenta. Ferreira, acredita o docente da FMRP, foi provavelmente o único cientista brasileiro que conseguiu desenvolver achados que levaram a um grupo de medicamentos, o captopril e outros, que já deve ter alcançado vendas próximas dos US\$ 10 bilhões. “Quase 100% dos resultados que justificavam o desenvolvimento dos inibidores das enzimas conversoras, que é a família de drogas utilizada para tratar de hipertensão, doenças cardíacas e outras patologias, foram alcançados aqui no *campus* de Ribeirão Preto, sob orientação do professor Sérgio, que purificou o peptídeo, e a partir daí a indústria desenvolveu o medicamento”, diz. “Naquela época a visão acadêmica era diferente da atual, porque se fosse hoje ele iria colaborar com a indústria farmacêutica no desenvolvimento do medicamento. Naquela época, filosoficamente a Universidade não tinha essa interação próxima com a indústria. A indústria desenvolveu lá, o Sérgio publicou o artigo, a indústria ficou bilionária e o Sérgio ficou na vida normal dele. É a cultura acadêmica que havia naquela época. Hoje seria totalmente diferente”.

WARWICK ESTEVAM KERR



Daniel Garcia

Faleceu aos 96 anos de idade, em Ribeirão Preto, em 15 de setembro de 2018, o professor Warwick Estevam Kerr, entomologista, agrônomo, geneticista e um dos maiores especialistas do mundo em abelhas. Formou-se e doutorou-se na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), onde também lecionou no Departamento de Genética. Warwick destacou-se como liderança e criador de instituições científicas. Primeiro diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), de 1962 a 1964, foi por duas vezes diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), de 1975 a 1979 e de 1999 a 2002. Presidiu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 1969 a 1973.

Warwick fundou diversos departamentos de pesquisa e ensino nas universidades públicas brasileiras: de Biologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (Unesp), de Genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), de Biologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), além de haver contribuído de

forma marcante com o desenvolvimento do Instituto de Genética e Bioquímica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Primeiro cientista brasileiro a ser eleito Membro Estrangeiro da National Academy of Sciences dos Estados Unidos, foi, ainda, membro titular da Academia do Terceiro Mundo.

Depois que se aposentou na USP, o pesquisador “escolheu, por vontade própria, morar no Maranhão”, segundo registra a nota de pesar do curso de Biologia da UFMA, pois “queria contribuir para o avanço do ensino e da pesquisa em um dos estados mais pobres da nação, onde residuiu por oito anos, tempo necessário para que fundasse o departamento de Biologia, o Laboratório de Genética (LabGeM) e o curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão”. Em 2017, recebeu o título de “Professor *Honoris Causa*” da UFMA. Também foi reitor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

“Esteve sempre envolvido com pesquisas que renderam avanços no manejo e amansamento das abelhas africanas, hoje muito importantes na produção melífera brasileira, e que escaparam para o meio ambiente quando ele as introduziu no Brasil em 1956. Atuou sempre sob o princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, buscando permanentemente estabelecer relações com a população e com os movimentos sociais, para transferir-lhes diretamente saberes e resultados de pesquisas”, diz a nota da família, assinada pelas filhas Florence, Lucy, Jacira, Lígia Regina e Tânia e pelo filho Américo Sansigolo Kerr, professor do Instituto de Física da USP. A esposa, dona Lygia, faleceu em 2017.

“Suas convicções socialistas renderam-lhe duas detenções durante a ditadura militar instaurada em 1964 e uma constante vigilância por parte dos órgãos ditatoriais de segurança naquele período. Seu espírito generoso

desde cedo o fez abraçar a utopia socialista, agindo por construirmos uma sociedade justa e igualitária onde a ciência e demais saberes estejam a serviço da maioria da população”.

O INPA emitiu nota de pesar que aponta a importância da sua passagem pela instituição, “por suas inestimáveis contribuições à Pós-Graduação, atividade que muito estimulou em toda sua vida por acreditar na importância da educação e formação de recursos humanos de qualidade para a Amazônia”. “Foi o Dr. Kerr, por exemplo, quem ajudou a trazer para o INPA vários dos seus atuais pesquisadores, incentivando e apoiando incondicionalmente a fundação de vários programas de pós-graduação, como o PPG em Entomologia, Ecologia e Biologia de Água Doce durante sua primeira gestão no INPA, assim como o Programa de Pós-Graduação em Genética, Conservação e Biologia Evolutiva (PPG-GCBEv) em sua segunda gestão”.

A UFU, onde esteve por dois períodos (1988-1999 e 2003-2010), implantou o curso de Pós-Graduação em Genética e Bioquímica em nível de mestrado (1994) e de doutorado (1999) e desenvolveu pesquisas com abelhas, hortaliças e frutas, também expressou seu pesar pelo falecimento do pesquisador. Na UFU, embora aposentado em 1992, Warwick orientou alunos, ministrou aulas e realizou pesquisas até 2012.

O reitor da UFU, Valder Steffen Júnior, enfatizou o papel de Warwick como educador e sua empatia: “Todos aqueles que conviviam com ele se sentiam acolhidos. Sempre foi muito espirituoso, com uma palavra interessante, uma palavra nova, uma palavra de incentivo, de encorajamento às pessoas”, observou. “Ele tinha ideias muito claras sobre a importância do sistema federal de ensino superior, da universidade pública, da universidade democrática”.